



**PROCESSO Nº:** 001034/2025-TC  
**INTERESSADO:** Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte  
**ASSUNTO:** AQUISIÇÃO DE MICROFONES

**DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE MICROFONES DESTINADOS AOS AMBIENTES DO TRIBUNAL. CONTRATAÇÃO DIRETA FUNDADA NO ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021. REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES ATENDIDOS. PELA LEGALIDADE.**

I. Caso em exame

1. Pedido de análise jurídica formulado pela Coordenadoria de Infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, referente à contratação direta, por dispensa de licitação, para aquisição de microfones com e sem fio, destinados ao Plenário e ao Auditório da Corte.

II. Questão em discussão

2. Verificar a conformidade legal da contratação direta com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando a compatibilidade do valor com o teto vigente, a adequação documental do procedimento e a observância dos critérios de pesquisa de preços e justificativa do fornecedor.

III. Razões de opinar

3. A contratação pretendida encontra respaldo no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se o valor atualizado para o exercício de 2025, nos termos do Decreto Federal nº 12.343/2024, que fixou o teto em R\$ 62.725,59 para compras e serviços.

4. Constatada a regular instrução do processo com os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, incluindo: formalização da demanda, termo de referência, justificativa de preços, comprovação de disponibilidade orçamentária, minuta contratual e parecer jurídico.

5. A pesquisa mercadológica baseou-se em orçamentos de três fornecedores distintos, obtidos dentro do prazo legal, com justificativa da escolha dos consultados e da não adoção dos critérios pre



vistos nos incisos I e II do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, em consonância com o art. 22, §1º, da Resolução nº 011/2023-TCERN. 6. As minutas da ordem de compra e do termo de dispensa de licitação foram consideradas aptas para reger a contratação.

IV. Resposta

7. Opina-se pela legalidade da contratação direta pretendida, mediante dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

8. Sugere-se o prosseguimento dos atos administrativos para celebração da avença, com fundamento no parecer aprovado nos termos regimentais.

Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 37, XXI; Lei nº 14.133/2021, arts. 23, 72 e 75, II; Resolução nº 011/2023-TCERN, art. 22, §1º; Decreto Federal nº 12.343/2024.

## **PARECER Nº 129/2025 - CJ/TC**

### **I. RELATÓRIO**

1. O caderno trata de pedido formulado pela Diretoria das Sessões de microfones com e sem fio para atender as necessidades do Plenário e do Auditório, cada um com capacidade unitária explicitadas na tabela constante no evento 04.

2. Compõem os autos, notadamente, as seguintes peças: a aquisição tem sua necessidade justificada no documento de formalização da demanda (DFD) (ev. 04); especificações e condições de execução do objeto constam do termo de referência (ev. 05); a justificativa de preço está lastreada em pesquisa mercadológica (ev. 06); indicação de disponibilidade orçamentária para dar suporte à eventual despesa (ev. 11); minuta de ordem de compra (ev. 08); e minuta de termo de dispensa de licitação (ev. 14).

3. Em seguida, os autos foram encaminhados à CONJU para análise jurídica, na forma da Lei n.º 14.133/2021, art. 72 (ev. 15).

## II. FUNDAMENTAÇÃO

4. Preliminarmente, cumpre registrar que esta unidade consultiva se manifesta sob o prisma estritamente jurídico, de forma meramente opinativa, quanto às questões submetidas à sua análise e parecer, não cabendo a ela, portanto, adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade relativos à prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária da autoridade administrativa competente, a exemplo do exame de questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

5. Da análise da minuta (ev. 14), observa-se que a contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação. Sobre o assunto, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que a contratação de bens e serviços pela Administração Pública será manejada por meio de processo licitatório. No entanto, o mesmo dispositivo prevê exceções legais, como se observa a seguir:

Art. 37. (...)

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo acrescentado)

6. No mérito, verifica-se que a possibilidade de contratação direta é fundamentada na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

7. No entanto, apesar da fixação de valor de R\$ 50.000,00 no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, o Governo Federal, conforme previsão do art. 182 da mesma lei,

atualiza anualmente, no dia 1º de janeiro, os valores da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, incluindo os de contratação direta. A atualização é realizada com base no IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) ou índice substituto. Nesse sentido, em 31/12/2024, foi publicado o Decreto nº 12.343, atualizando os valores para 2025. Na oportunidade, fixou o limite de R\$62.725,59 para a dispensa de licitação de outros serviços e compras.

**8.** Os documentos constantes nos autos atendem, no que se refere à espécie de contratação, às exigências do art. 72 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**9.** Destaca-se que o inciso II do supracitado artigo determina que a estimativa da despesa deve ser calculada conforme o art. 23 da mesma Lei, abaixo reproduzido:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será



definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, **adotados de forma combinada ou não**:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

**IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;**

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (grifos acrescentados)

10. Verifica-se que a legislação elenca procedimentos para a aferição do melhor preço, podendo ser adotados de forma combinada ou não. Ademais, a Resolução nº 011/2023-TCERN – que disciplina as licitações e contratações administrativas no âmbito do TCERN, em conformidade com as normas gerais da Lei nº 14.133/21 –, acrescenta em seu art. 22, § 1º, que, quanto aos procedimentos já previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, *“deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos”*.

11. No caso concreto, constata-se a adoção exclusiva do método delineado no inciso IV: pesquisa com, no mínimo, três fornecedores. Portanto, sugere-se a apresentação de justificativa que explique a não adoção dos critérios previstos no art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/21.

12. Ademais, tendo sido escolhido o procedimento de pesquisa com fornecedores, é necessário apresentar a justificativa para a escolha dos fornecedores consultados, além de comprovar que os orçamentos foram colhidos com antecedência

má



xima de seis meses.

**13.** Nesse passo, ao analisar a informação nº 036/2025 – CCS contida no ev. 09, a qual expõe o quadro de pesquisa mercadológica, e os orçamentos juntados junto ao ev. 06, constata-se que a pesquisa foi realizada em três empresas distintas, nas datas de 17/04/2025, 23/04/2025 e 30/04/2025, ou seja, dentro do prazo de seis meses. Houve também, apresentação das justificativas de escolha dos fornecedores, conforme determina o art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, e da não adoção dos critérios previstos no art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/21, exigido pelo art. 22, § 1º da Resolução nº 011/2023-TCERN.

**14.** Por fim, analisando a minuta da ordem de compra (ev. 08), esta se revela apta a condicionar as obrigações dos contratantes e materializar a avença, assim como a minuta do termo de dispensa de licitação (ev. 14).

### III. CONCLUSÃO

**15.** Por todo o exposto, esta unidade consultiva opina pela legalidade da contratação direta de que versam os autos, por dispensa de licitação, com arrimo na Lei n.º 14.133/2021, art. 75, inciso II.

**16.** Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Natal, 14 de maio de 2025.

*Assinado eletronicamente*

**Nicole Carvalho Leite Galvão Marinho**

Assistente Técnico da Consultoria Jurídica  
Matrícula nº 10.197-4

*Assinado Eletronicamente*

**Daniel Simões B. N. de Oliveira**

Consultor Jurídico  
Coordenador Jurídico – Coordenadoria do  
Administrativo



**DESPACHO**

Aprovo o Parecer nº 129/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, I, do Anexo Único da Res. 009/2015-TC.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

*Assinado eletronicamente*

**Leonardo Medeiros Júnior**  
Consultor-Geral

